

Dossiê

Dictaduras, Exílios,
Resistências

Dossier

Dictatorships, Exiles,
Resistances

Geopolítica do Brasil e o debate teórico-ideológico sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar

Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida*

Resumo:

Tentativa de contribuir para o debate teórico sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar, especialmente no que se refere à dimensão ideológica. Neste trabalho preliminar, analisa-se o papel da Escola Superior de Guerra, especialmente de seu principal expoente doutrinário, Golbery do Couto e Silva, restringindo-se o exame a um único livro, *Geopolítica do Brasil*.

Palavras-chave: Geopolítica do Brasil; Golbery do Couto e Silva; Escola Superior de Guerra; Estado burguês; ideologia.

Geopolitics of Brazil and the theoretical and ideological debate on the coup of 1964 and the military dictatorship

Abstract:

This article is an attempt to contribute to the theoretical debate on the 1964 coup and the military dictatorship, especially with regard to the ideological dimension. In this preliminary work, the role of the Superior War College, and especially its principle doctrinal exponent, Golbery do Couto e Silva, are analyzed, with a focus on a single book, *Geopolitics of Brazil*.

Keywords: Geopolitics of Brazil; Golbery do Couto e Silva; Superior War College; bourgeois state, ideology.

Poder político e militarização do aparelho estatal

O principal objetivo deste artigo é contribuir para o debate de alguns aspectos fundamentais do golpe de 1964 e do regime que se seguiu, especialmente no que se refere à dimensão ideológica. Para isso, examinaremos alguns aspectos básicos de uma obra cuja interpretação permanece controversa: *Geopolítica do Brasil*, de Golbery do Couto e Silva. Todavia, não faremos aqui uma sistemática análise de

* Livre-docente em Ciência Política pela PUC-SP. Prof. do Departamento de Política e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP; São Paulo-SP, Brasil. Autor, dentre outros, de *Ideologia nacional e nacionalismo*. 2a. ed. São Paulo: Educ, 2014.

End. eletrônico: luc.flavio@terra.com.br

discurso, mas uma tentativa de contextualização. Como se trata de um trabalho em fase inicial, limitamo-nos somente a este livro de Couto e Silva, o que nos parece suficiente para formular algumas hipóteses centrais que se estendem ao golpe e à ditadura.

Dado o objetivo, convém explicitar que a posição teórico-política adotada aqui inspira-se nas formulações marxistas elaboradas por Nicos Poulantzas, especialmente em *Poder Político e Classes Sociais* (1986). Considera-se que o tipo de Estado burguês contribuiu fundamentalmente para a reprodução das condições políticas da dominação capitalista de classe. Neste sentido, destaca-se que, na formação social brasileira, o poder político era burguês antes de 1964, continuou burguês durante a ditadura militar e prossegue burguês nestes quase trinta anos de democracia liberal em que vivemos. É claro que, de um período a outro e mesmo ao longo de cada período, ocorreram importantes mudanças tanto no que se refere à configuração concreta do Estado (regimes políticos inclusos) como das relações de classes, a começar pela composição destas.

Nem toda ditadura burguesa conta com tamanho ativismo dos proprietários dos meios de produção. O que se trata, aqui, é de atentar para a concretude do processo que deixou marcas profundas na formação social brasileira. Sem isto, corremos um duplo risco: 1) atribuímos um caráter demiúrgico a atores individuais e coletivos; 2) ignorarmos as rupturas e continuidades nas trajetórias dos agentes individuais e coletivos, bem como nas suas inserções sociais mais amplas, terminando por lhes conferir uma homogeneidade e congruência que substitui a análise concreta pela mera teleologia.

50 anos em 5 e o tempo acelerado da crise

No terceiro dia de mandato (3/1/1956), o presidente Kubitschek afirmou, diante do vice-presidente dos EUA, Richard Nixon, que era “falsa, errada e mesmo pérfida” a ideia de que o país deveria se limitar a produzir matérias-primas. Para JK, acabara “o tempo em que a industrialização do Brasil constituía tema de debate. Não há mais debate” (Almeida, 2006:195). De fato, no final de seu governo, o processo de industrialização (capitalista e dependente) estava consumado. Atualizando em novos termos o nacionalismo populista, esta vertente político-ideológica manteve-se na vanguarda da política de Estado até que a transição se consolidasse.

Ocorreram importantes impactos sobre as diferentes frações da classe dominante na formação social brasileira. Inúmeros industriais de porte médio converteram-se, ao longo do quinquênio juscelinista, em integrantes de uma grande burguesia. Parte desta preservou, especialmente graças aos fortes vínculos que mantinha com o aparelho estatal, importantes nichos de atuação. Outros

empresários ascenderam por meio da inserção em um leque bastante amplo de associações com o capital imperialista.

Um pouco mais tardios, os avanços das lutas populares foram importantíssimos. Trabalhadores realizaram greves políticas que, nos dias de hoje, parecem de outro mundo. No mês seguinte ao da vitoriosa greve de 5 de julho de 1962, convocada para impedir que um parlamentar da direita fosse nomeado primeiro-ministro, fundou-se o Comando Geral dos Trabalhadores¹. O CGT viveria uma profunda contradição: por um lado, apoiava-se em sindicatos enquadrados na velha estrutura corporativista; e, por outro, não era previsto por ela, jamais conquistando a legalidade. Expressou importante salto organizacional para as lutas dos trabalhadores urbanos e logo se tornou um dos alvos preferenciais das classes dominantes. Já a “greve do plebiscito” apresentou outro componente explosivo: a participação abertamente política de militares de baixa patente.

O movimento camponês adquiriu, por fora do aparelho sindical, intensa politização, inclusive ao assumir estreitas relações com a Revolução Cubana, no início de 1960. Um avanço mais discreto, porém contundente, ocorreu ainda no final dos anos 50, com a vitória dos posseiros, que chegaram a recorrer à luta armada, na região de Trombas e Formoso, no interior do Estado de Goiás (hoje Tocantins). O principal líder desta luta, José Porfírio, foi eleito deputado estadual em 1962 (Cunha, 2007), mesmo ano da criação do CGT.

A vitória da revolução cubana soou o alarme para os círculos dominantes em toda a América, principalmente nos EUA. Para os governantes deste país, uma “nova Cuba” jamais seria permitida, especialmente em um país de dimensões continentais como o Brasil.

Após cinco anos de crescimento frenético, já era visível a primeira crise tipicamente capitalista do capitalismo industrial brasileiro. Crescia a tendência voltada para frear o avanço da participação política popular e, no que se refere ao bloco no poder, resolver, em favor do grande capital, a crise de hegemonia.

A cena política não ficaria estática. Importantíssimos líderes do PSD, a começar por JK e seus próximos, desvencilharam-se de aliados fundamentais, inclusive militares nacionalistas. Já o principal partido opositor, a UDN, faria uma pirueta em sentido contrário, adotando a candidatura de Jânio Quadros, na expectativa de que este levasse adiante medidas que, no fundamental, saciassem o moralismo ideológico de grande parte da classe média brasileira, assim como os interesses econômicos do grande capital.

¹ Sobre as greves políticas durante o governo Goulart, ver Ericsson (1970). Acerca da trajetória do CGT, consultar Delgado (1986).

O desfecho da experiência janista foi frustrante, assinalando claramente os limites do udenismo para a implementação positiva de políticas estatais.

A importante vitória contra o golpismo janista teve sérias limitações. Realizou-se um acordo pelo alto, por meio do qual não apenas se adotou o sistema parlamentarista, como (o que foi pior) anistiam-se os militares golpistas, deixando-os livres e soltos dentro e fora do aparelho estatal. Agravou-se a perspectiva de confronto. Não por acaso, os dirigentes de um verdadeiro “partido orgânico”, *O Estado de S. Paulo*, partiram para a conspiração. Passo análogo foi dado por Golbery do Couto e Silva, que servira ao governo Jânio Quadros: transferiu-se para a reserva e se engajou imediatamente na criação do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), dispositivo de aglutinação do grande empresariado com vistas à luta contra o governo Goulart. Outros sorbonistas mantiveram, junto com a farda, um forte apego pelo partido que encarnava os delírios ideológicos da alta classe média.

A forte polarização político-ideológica produziu imensas rachaduras no sistema partidário (Toledo, 1984). Amplos contingentes do pessoal político que, em nome do liberalismo antipopular, se opunham à política nacional-desenvolvimentista, mantiveram-se ligados ao imperialismo, mas aceleraram a transferência para o lugar de representantes literários ou mesmo intelectuais orgânicos do grande capital, inclusive no interior do próprio aparelho de Estado. O pendor pela ordem intensificou-se pelas várias frações burguesas e pelo imperialismo estadunidense, cuja embaixada no Brasil se transformaria em uma espécie de quartel-general do golpismo (Bandeira, 1997: 72-3 et passim).

O nacionalismo pró-imperialista da Escola Superior de Guerra

Neste contexto, abria-se a oportunidade para um novo papel da Escola Superior de Guerra e, com esta, da chamada doutrina da segurança nacional.

A ESG foi criada em um período de dupla polarização. No plano internacional, acirrava-se a Guerra Fria. A vitória da Revolução Chinesa em 1949, ano da criação da “Sorbonne”, e, na sequência, o início da Guerra da Coreia, em meados de 1950, pareciam sinalizar o início da terceira guerra mundial.

Também se intensificou a polarização no interior das Forças Armadas. Enquanto um grupo aproximou-se dos Estados Unidos e adquiriu proeminência durante o governo Dutra, um núcleo fortemente nacionalista também se reconstituiu em torno da defesa de uma política nacionalista para exploração de petróleo no Brasil. A posição oposta, aberta à participação de capitais estrangeiros no setor, foi defendida pelo general Juarez Távora, que participou, em 1949, da fundação da Escola Superior de Guerra, da qual, sucedendo ao general Cordeiro de Farias, foi o segundo comandante.

A Escola Superior de Guerra foi concebida e fundada em estreita ligação com militares dos Estados Unidos da América, vínculo que “perdurou até o início da década de 1970 através da presença física regular nas dependências da escola de um oficial de ligação norte-americano” (Barros e Bacelar, s/d). O conceito (noção?) de segurança nacional, com ênfase na guerra total, apresentado pelo general Cordeiro de Farias, em conferência proferida com vistas à ativação da ESG, inspirava-se diretamente no general Eisenhower, “que afastava a segurança nacional do puro militarismo e chamava a atenção para a mobilização das ‘forças civis’ e de todos os ‘recursos econômicos’ da Nação” (Mundim, 2007: 55)².

No plano interno, os principais dirigentes da ESG, embora adotassem, no discurso, o lema Segurança e Desenvolvimento, estavam, em geral, no lado oposto ao ocupado pelas forças identificadas com o nacional-desenvolvimentismo. Além de uma solução “internacionalista” para o problema do petróleo, defenderam o estreito alinhamento do Brasil aos EUA na Guerra da Coreia e também se opuseram a uma política nacionalista de exploração da energia nuclear. Em fevereiro de 1954, aquele que se consolidaria como o mais ilustre intelectual da ESG, Golbery do Couto e Silva, redigiu o Manifesto dos Coronéis, contrário ao aumento de 100% do salário-mínimo proposto pelo governo. Este manifesto articulava-se com a campanha da U.D.N., fortemente nucleada pelas forças antivarguistas, com intensa participação da alta classe média e das frações burguesas mais vinculadas ao capital mercantil-bancário. Mas isto é apenas uma parte da complexidade da inserção social da ESG e, mais ainda, de seu principal doutrinário.

Os principais dirigentes da ESG eram antipopulares e antipopulistas, o que os isolava das forças concretamente em luta pelo desenvolvimento capitalista industrial e dependente no Brasil. Golbery do Couto e Silva era, ao seu modo, antiliberal em meio aos liberais; desenvolvimentista em meio aos antidesenvolvimentistas; nacionalista em meio aos que se opunham ao nacionalismo mais entranhado na formação social brasileira³. Até o final dos anos 60, o desenvolvimentismo da ESG não impregnou a política de Estado.

O lema da ESG era Segurança e o Desenvolvimento, mas este segundo item ficava seriamente prejudicado pelos vínculos com as forças mais reacionárias,

² Diversos autores, como Mundim (2007) e Miguel (2002), recorrem à referência mais insuspeita acerca dos vínculos da ESG com os EUA: o próprio Cordeiro de Farias (1981; 2003).

³ Exatamente por negligenciar estas inserções defasadas e dinâmicas, Stepan (1975: 134-5) se confunde inteiramente quando considera que a diferença entre o nacionalismo que atribui à ESG e aos nacionalistas de esquerda consistia na maior preocupação com racionalidade e eficiência dos primeiros. Equivoca-se ainda mais com a posição de Juarez Távora. Este, também em relação à política de energia atômica, assumiu, quando ocupou a Chefia da Casa Militar no Governo Café Filho, posição estreitamente vinculada à defendida pelos E.U.A.

justamente as que se opunham à política desenvolvimentista implementada pelo Estado brasileiro: a fração mercantil-bancária e a alta classe média. Na medida em que esta política adquiria forte apoio das classes populares urbanas (grosso modo, o proletariado e a baixa classe média), o nacional-populismo aparecia, aos olhos dos sorbonistas, como expressão interna do inimigo a ser combatido na guerra total em defesa do Ocidente democrático e cristão.

Quais foram, portanto, nos anos 50 e início dos 60, as condições e conjunturas de amplo prevaecimento desta corrente político-ideológica representada pela ESG?

Antes de esboçar uma resposta a esta questão façamos um rápido exame de algumas ideias-forças apresentadas na principal obra do principal ideólogo sorbonista.

O inencontrável Ocidente de Golbery do Couto e Silva

Como o próprio autor observa, Geopolítica do Brasil é constituído por uma série de “palestras e ensaios escritos em anos vários durante a década de 50” (Couto e Silva, 1967: 03)⁴. Em todos os textos, Couto e Silva reivindica uma abordagem objetiva, fundada na Geopolítica, o que não exclui uma tomada de posição. A Geopolítica atenta às determinações geográficas da política, implica uma perspectiva fundamentalmente marcada pela localização espacial de qualquer Estado no mundo. Em se tratando de um mundo de Estados nacionais, esta perspectiva só pode ser determinada pelo lugar ocupado pelo Estado nacional ao qual se pertence. Neste sentido, seria um equívoco considerar que Golbery do Couto e Silva abre mão de um discurso nacionalista.

Pelo contrário, trata-se de nacionalizar a Geopolítica, ou seja, de formular uma Geopolítica de um ponto de vista nacional. Para Couto e Silva, Geopolítica e Geoestratégia brasileiras “só merecerão este nome de brasileiras se para elas, de fato, o Brasil for o centro do universo ou, melhor, o umbigo do mundo” (1967: 176).

Couto e Silva não se limita a se apresentar como defensor do nacionalismo, considerado por ele, pelo menos enquanto houver nação, como “um absoluto em si mesmo”, “um fim último”. Tira as consequências de seu argumento e ataca os que usam “o nacionalismo como simples instrumento de um fim que

⁴ Como se vê, recorro à edição de 1967. Edições posteriores são mais citadas, como é o caso da de 1981, que traz o título *Conjuntura política nacional: o poder executivo e geopolítica do Brasil*. A mesma Editora José Olympio o apresenta como terceira edição ampliada, pois a obra é acrescida da edição de conferência proferida pelo autor na ESG em 1980. A este respeito, Mundim (2007:119).

o transcende”. Longe de nacionalismo, aqui “será engano, será burla, será até mesmo chantagem”. O alvo do ataque são “os comunistas de todos os matizes”, cujo “pseudonacionalismo... disfarça a fria e inexorável lógica do seu internacionalismo imanente na metafísica sibilina de uma dialética flutuante e acomodatória, oportunista e cínica”. Este falso nacionalismo é mais classista do que nacionalista e, “antes de tudo, muito mais partidista e sectário do que até mesmo classista” (Couto e Silva, 1967: 176).

Observe-se, portanto, que se trata de um discurso que reivindica fortemente a absoluta lealdade ao Estado nacional, o que inclui, como se verá, a intransigente defesa do território brasileiro. Também se defende tese de que cabe a este Estado o principal papel no planejamento e, em nome da comunidade nacional, o combate o comunismo.

Tal discurso expressa, em termos mais gerais, os elementos ideológicos básicos da burocracia do Estado burguês. Creio que este aspecto da doutrina da ESG e, mais especialmente, de sua principal tentativa de sistematização, merece maior análise da parte de diversos autores que, de partida, lhes atribuem extraordinária excepcionalidade. A menos que consideremos a ideologia secretada pelo aparelho de Estado capitalista como sendo essencialmente democrática, o referido discurso não é, em tese, incompatível com o regime democrático-burguês nem, menos ainda, se levamos em conta as restrições que este regime sofreu na formação social brasileira. Mas a tese aqui defendida é outra: nem o tipo de Estado burguês nem qualquer fração burguesa possuem um pendor intrínseco pela democracia burguesa. E a simples constatação de que ditadores mencionaram a “agressão interna” como o principal aspecto da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) não sugere qualquer excepcionalidade em relação ao Estado burguês em formações sociais dependentes e sob a forma ditatorial-militar.

Por outro lado, o discurso da defesa intransigente do nacionalismo não impede que a ESG e, mais particularmente, seu principal animador ideológico, explicitem, durante a Guerra Fria, uma total adesão ao que chamam de Ocidente democrático e cristão em um confronto visto como total com o Oriente comunista e materialista.

Já no início dos anos 50, ao analisar o panorama mundial, Couto e Silva centra o foco no “antagonismo tremendo”, já profetizado por Tocqueville, entre “os EUA e a Rússia”. Neste confronto sem lugar para neutralismo, não cabe ao Brasil “abrir mão de deveres que são exclusivamente nossos, como o da defesa da integridade do território nacional e o da segurança do Atlântico Sul ao qual estão vinculadas a nossa prosperidade e, sem dúvida, a nossa sobrevivência”. Todavia, “o direito de utilização de nosso território... é exclusivo de nossa soberania...” (Couto e Silva, 1967 [1952]: 53).

Naquele mesmo ano de 1952, Vargas era submetido à extraordinária pressão do governo Truman para que enviasse tropas à Guerra da Coreia e abrisse mão de uma política nacionalista em relação ao petróleo e à energia atômica, e terminou assinando, sem consultar o ministro da Guerra (o nacionalista Estillac Leal), um acordo de ajuda militar com os Estados Unidos. O resultado foi o pedido de demissão do ministro que, ainda mais desgastado, sofreria séria derrota ao se candidatar, no mesmo ano, à reeleição para a presidência do Clube Militar. Esta vitória da Cruzada Democrática foi um passo importante para enfraquecer os militares nacionalistas e, desta forma, a posição de Vargas junto às Forças Armadas (Sodré, 1979: 323-4).

Couto e Silva invocava, à sua maneira, um argumento otimista em relação à capacidade do Estado brasileiro para negociar com os EUA. Afinal, estes fazem gastos astronômicos com negociações e ajuda em busca do apoio e colaboração “de povos ou indecisos ou francamente hostis da Europa Ocidental, do Oriente Médio e da Ásia”. Nada mais justo, portanto, do que recorrer aos “trunfos valiosos de que dispomos” com vistas a “obter os meios necessários ao exercício de uma missão e um dever que decorrem da própria terra que nossos avós desbravaram e defenderam com seu sangue contra o invasor intruso de eras passadas”. E, numa espécie de defensor *avant la lettre* de uma posição subimperialista, afirma que “também podemos invocar um ‘destino manifesto’, tanto mais quanto ele não colide no Caribe como os de nossos irmãos maiores do norte...” (Couto e Silva, 1967: 53-54).

No item 5 do segundo texto intitulado Aspectos Geopolíticos do Brasil, apresenta-se de forma extremamente dicotômica o grande confronto entre Ocidente e Oriente:

Ora, no momento atual, lança suas sombras pressagas, sobre o mundo todo, um antagonismo de proporções nunca vistas e que arregimenta o Ocidente democrático e o Oriente comunista em dois blocos já empenhados em interminável e porfiosa pendência.

O principal centro agressor radica-se, mais uma vez, no hemisfério exterior que vimos de balizar, dominando a Eurásia desde o Elba e o Ártico até o litoral extremo do Pacífico (1967 [1959]: 84).

Para Couto e Silva, o Brasil fazia parte, fora de qualquer dúvida, do Ocidente. Em texto datado de 1958, afirmou enfaticamente:

E, pois pertencemos ao Ocidente; nele estamos e vivemos; o Ocidente vive e persiste, realmente em nós, em nosso passado em nosso presente, em nosso sangue e em nossos músculos, em nossos corações e em nossos nervos, nos ideais pelos quais lutamos e nos interesses que defendemos, na técnica que nos arma o braço, na ciência que nos alimenta o espírito, na fé que nos fortalece a alma (...) Nós somos, também, o Ocidente (1967 [1958]: 233).

Diante de tamanha convicção, não seria exagerado esperar certo esforço do autor para conceituar “democracia!” e “Ocidente”. No que se refere ao primeiro caso, o que mais próximo encontramos ao longo de todo o livro está no texto de 1959, na parte dedicada à relação dos Objetivos Nacionais Permanentes, aqui elencados como consensuais. Um destes objetivos é “a manutenção de um estilo de vida democrático, com bases cada vez mais amplas na participação efetiva e consciente do povo” (1967 [1959]: 76).

A extrema pobreza teórica acerca de um tema de tamanha importância não deixa de contribuir para o esforço de edulcorar o processo de conquista e colonização portuguesa na América, tarefa apresentada como uma das grandes façanhas do Ocidente. Para Couto e Silva, o Brasil,

surgido para o mundo e a civilização sob o signo da própria Cristandade, *produto de uma transplantação feliz dessa cultura do Ocidente europeu* para terras quase desertas e virgens onde não havia cultura autóctone que lhe resistisse ou pudesse deturpar-lhe a essência, tradicionalmente alimentado, durante toda a sua jornada histórica já longa de quase cinco centenários, nas fontes mais límpidas do pensamento e da fé ocidentais, não poderia renegar jamais esse Ocidente em que se criou *desde o berço* e cujos *ideais democráticos* e cristãos profundamente incorporou à sua própria cultura (1967 [1958:233, grifos meus]).

Em poucas linhas, Couto e Silva faz tabula rasa da escravidão, eufemiza o extermínio das populações indígenas e, num anacronismo dantesco, injeta caráter democrático, graças à colonização portuguesa, em cinco séculos de história pátria.

O autor procura enfrentar a questão mais crucial. Em um texto datado de 1958, *O Brasil e a defesa do Ocidente*, Couto e Silva formula diretamente a pergunta:

Mas que Ocidente é este, num mundo como o atual que, desde há muito, repudiou a Mercator e sua tradicional perspectiva deformada e, sem dúvida, unilateral? Que posição ocupa, afinal, o Brasil nesse Ocidente que importa, antes de tudo, definir? (1967 [1958]: 225).

Couto e Silva passa, de início, por dois autores aos quais recorre com frequência, Spengler e Toynbee, e chega a uma primeira conclusão: dificilmente se pode “definir o núcleo diferencial de uma cultura, como esta do Ocidente”, liberando-se de “preferências opinativas” (1967 [1958]: 228).

Este resultado um tanto decepcionante não desanima o autor, que volta a percorrer as contribuições dos inevitáveis Spengler e Toynbee, passa rapidamente por Danilevsky e Sorokin e se detém em Bertand Russell, que produz desconforto: para o filósofo inglês, “Energia, intolerância e pensamento abstrato

distinguiram sempre as melhores épocas da Civilização do Ocidente” (Couto e Silva, 1967: 229).

Intolerância?

É melhor se deslocar para terrenos mais favoráveis, como os abertos pelas formulações de Karl Popper e Crane Briton, cuja “análise paciente” atribui ao mundo ocidental “Liberdade, Igualdade e Fraternidade -Cristianismo, Humanismo, Racionalismo e Ciência”, ”um conceito muito mais denso”, onde o ponto central é o Cristianismo. Porém, o próprio Couto e Silva, reconhecendo as limitações implícitas a esta própria densidade, reapresenta a pergunta: “O que é, afinal, este Ocidente que todos reconhecemos singular, mas cujos traços característicos escapam aos espíritos mais penetrantes?” (229; 230-231).

Com esta marcha inconclusa, Couto e Silva abandona qualquer perspectiva de adesão a este “Ocidente histórico milenar”: é contraditório demais. Resta, portanto, efetuar um giro estratégico: “o único Ocidente que vale como um todo duradouro e coeso, o Ocidente que se pode de fato distinguir, nitidamente, de tantas outras civilizações e culturas (...) é para nós, o Ocidente como ideal, o Ocidente como propósito, o Ocidente como programa” (1967: 232).

Nosso autor, contornando o problema de saber quem formulou tal programa, vê-se obrigado a reconhecer que, em nome deste, “se têm perpetrado crimes e realizado espoliações e fundado até mesmo tiranias”. Mas isto não o impede, de forma alguma, de responder à questão mais espinhosa: “Qual esse ideal, esse propósito, esse programa que impulsiona e galvaniza e sustenta a Civilização do Ocidente?” E, corajosamente, ele se dispõe, sem qualquer exercício de fundamentação, a resumi-lo “em seus termos essenciais: a) a Ciência -como instrumento de ação; b) a Democracia - como forma de organização política; c) o Cristianismo -como supremo padrão ético de convivência” (1967: 232).

A utopia golberiana constrói-se por meio da colheita do que havia de mais edulcorado nos autores que elencou, apresentando esses “termos essenciais” como contendo, “em seus justos limites: liberdade, igualdade e fraternidade; o amplo reconhecimento da dignidade do Homem; a plena expansão da personalidade individual; o máximo de bem-estar físico e espiritual, para todos; a justiça social e a paz”. Nem a extraordinária vagueza exclui o cuidado do autor em fincar a ressalva: “justos limites” (1967: 232).

Com isso, processos como colonialismo, imperialismo etc., “ou são inconformismos ou são retrocessos, ou são perversões. Nada mais. Pois se, algum dia, o Ocidente perder de todo aquele ideal, aquela fé que o ampara, aquele propósito superior que o guia, terá, então, soçobrado de fato num ocaso derradeiro e fatal” (idem).

Ou seja, numa lógica primária, ele faz abstração da história, inclusive no que se refere às restrições de boa parte das doutrinas que, no núcleo duro do “Ocidente”, situam a América Latina como um mundo à parte, e tenta contribuir para impor o projeto político da ESG ao conjunto da sociedade brasileira.

Em uma formação social marcada pela forte presença da burocracia de Estado na luta pela definição de políticas estratégicas para o desenvolvimento capitalista dependente, a doutrina da ESG expressava, por um lado, aspectos intrínsecos à ideologia de uma categoria social específica: a burocracia do Estado dependente brasileiro; e, por outro lado, posições político-ideológicas de forças abertamente antipopulares e pró-imperialistas.

As duas posições praticamente se confundiram até a primeira metade dos anos 50, ressaltando-se a relativa originalidade, especialmente no plano discursivo, de Golbery do Couto e Silva, com a defesa do planejamento estatal, em nome do interesse nacional, e a reverência à soberania popular. Já para as camadas e frações de classe às quais se articulavam, a equação era outra: até aceitavam a democracia liberal, desde que contida a participação popular; e, frente ao binômio “Segurança e Desenvolvimento”, até porque desprovidas de responsabilidade geoestratégica, não se entusiasmavam com o segundo termo.

Os portadores desta doutrina de segurança nacional sofreram derrotas políticas homéricas desde a alvorada dos “anos dourados”. O próprio Golbery do Couto e Silva foi preso em decorrência do “golpe da legalidade”, que assegurou a posse de Kubitschek e Goulart. Na sequência, duas derrotas para a diretoria do Clube Militar e a amarga marginalidade diante da forte intervenção militar no governo JK, então conduzida pelo Ministro da Guerra, Henrique Lott, cujo anticomunismo visceral faz parte do anedotário político brasileiro. Sofreram espécies de vitórias de Pirro às avessas, pois as posições defendidas por Juscelino Kubitschek superaram o sorbonismo inclusive no plano do discurso. Kubitschek afirmou publicamente, no já mencionado discurso em presença de Nixon, que o Brasil e os EUA tinham “uma luta comum” para “impedir o advento do império da opressão”, ou seja, “uma luta em favor da liberdade no mundo”. Ao lançar a OPA (Operação Pan-Americana), o presidente da República, em discurso aos militares, declarou que, naquele “conturbado após-guerra”, o mundo se dividia em “um gigantesco conflito ideológico, político e econômico”. Em setembro de 1959, não vacilaria ao desqualificar movimentos grevistas como organizados por “conhecidos agitadores” para ameaçarem a ordem e a paz do povo brasileiro...⁵. Recusou-se a legalizar o Partido Comunista. E, no que se refere ao

⁵ As citações desses discursos de JK estão em Almeida (2006: 201; 203 e 289).

“expansionismo para o interior” (expressão grata a Couto e Silva), a construção de Brasília, inclusive ao impulsionar a abertura do chamado cruzeiro rodoviário, possibilitou a ocupação de áreas geopolíticas vulneráveis do território nacional brasileiro (Moreira, 1998).

No plano externo, o governo JK manteve estreito alinhamento com os EUA, apoiou resolutamente o colonialismo português na África e não demonstrou grandes simpatias pelo terceiro-mundismo em ascensão⁶. Em suma, apoiada em um sólido leque de forças, a política estatal na segunda metade dos anos 50 realizou, de modo pragmático, boa parte dos objetivos alardeados por Golbery do Couto e Silva e, em menor proporção, da ESG. Só que contra a permanente e, às vezes, ferrenha oposição deste e daquela.

O único legado importante da curta aventura janista, na qual se empenharam quando explodiram as contradições que impossibilitavam ao udenismo ocupar o centro do palco, foi a Política Externa Independente. Mas esta causava horror aos sorbonistas, a começar por Golbery do Couto e Silva, pois levou à aproximação com URSS, a recém-triunfante Revolução Cubana⁷ e todos os governos nacionalistas que nosso ideólogo ataca em *Geopolítica do Brasil*. A argúcia de Couto e Silva consistiu em, diferenciando-se claramente de outros sorbonistas, desatar-se ao mesmo tempo das Forças Armadas e da UDN. Foi direto ao ponto: participou ativamente da organização do IPES, passando a articular a participação do grande empresariado na conspiração contra o recém-empossado governo Goulart.

O segredo do sucesso

Por outro lado, a ESG e Golbery do Couto e Silva participaram de duas vitórias importantes, uma delas fundamental. A deposição de Vargas em 1954 e, dez anos depois, o golpe que desembocou na longa ditadura militar.

Eis dois processos que parecem corroborar a hipótese de que o sucesso da ESG e de seu principal ideólogo, mais do que aos aspectos intrínsecos à doutrina esgrimida pela “Sorbonne”, deveu-se fundamentalmente a dois aspectos das relações de classes na formação social brasileira: a união das frações burguesas e o ascenso das lutas operárias e populares, aliás fator determinante da referida união.

⁷ Gerson Moura (1999) fez uma generosa e, portanto, insuspeitíssima tentativa de apreender as nuances da política exterior de JK. Rampinelli (2003) faz uma análise rigorosa da política deste governo em relação ao colonialismo português.

⁸ No livro ora em análise, em nenhum momento Couto e Silva faz qualquer referência a esta “anomalia” que perturba sua análise geopolítica.

Já vimos a contraprova desta hipótese: o governo Kubitschek-Goulart que, aglutinando um leque de apoio que ia do Partido Comunista ao grande capital imperialista, passando por militares nacionalistas, esteve à testa da política que consolidou a transição para o capitalismo industrial dependente no Brasil (Almeida, 2006). E realizou a façanha de vigorar durante todo o período constitucionalmente previsto⁸.

As duas vitórias dos sorbonnistas transcorreram em conjunturas que, apesar de guardarem aspectos comuns, eram qualitativamente distintas. No primeiro caso, houve uma crise de governo que foi superada por uma recomposição das classes e frações de classe, em cujo interior a burguesia nativa teve importância decisiva na reestruturação ideológica do nacionalismo populista. Já no período 1961-64, a situação foi muito mais grave e profunda, pois, marcada de um lado pela ascensão política das classes populares que se apropriaram do nacionalismo e lhe conferiram um forte potencial anti-imperialista⁹ e, de outro, a coesão das frações burguesas contava com a forte presença do grande capital e o apoio decidido do imperialismo estadunidense a um golpe de Estado.

Neste último contexto, não se pode subestimar o papel da ESG como segmento altamente ideologizado de um aparelho de Estado premido por uma crise política que, dadas as determinações internas e externas, poderia se transmutar de crise de regime em crise de poder. Tampouco é o caso de menosprezar a eficácia política da DSN, a única disponível para aglutinar uma miríade de golpistas num empurra-empurra em que estudiosos de Ratzel eram atropelados por aficionados de gibis.

Todavia, boa parte da literatura especializada tende a superestimar a importância e a continuidade da doutrina da ESG e, sobretudo, das formulações de seu principal porta-voz, seja no aspecto analítico, seja na dimensão prático-política¹⁰.

⁸ Caberia, em outro momento, examinar a hipótese de que a ESG e seu pretenso contraponto, a Escola Superior de Paz (o ISEB) não adquiriram a eficácia política que pretendiam nos anos JK, mas, sim, em outro contexto, no início da década seguinte. Em ambos os casos, ocorreria um processo de reinserção sociopolítica, com a diferença de que, para o ISEB ela implicou sérias rupturas internas. A respeito destas rupturas, Lovatto (2010a; 2010b).

⁹ A respeito das relações entre as diferentes variantes do nacionalismo na crise do início dos anos 60, Almeida (2014: 191-253).

¹⁰ Adriano Codato (2004) apresenta formulações importantíssimas para a crítica às abordagens teleológicas e desatentas às rupturas institucionais no período 1964-85. Embora eu me inspire nessas formulações, diferencio-me da proposta do autor para quem a ditadura militar só se implantou a partir de 1968, com o AI-5, sucedendo a um regime autoritário. Para mim, o regime se constituiu a partir do golpe de 1964 e passa por um aprofundamento com o desfecho da crise de 1968.

Quanto ao primeiro aspecto, as fragilidades já foram abordadas aqui, o que não implica qualquer pretensão a pioneirismo. Basta mencionar, a este respeito, o prefácio da edição de 1967 de *Geopolítica do Brasil*, da lavra de Afonso Arinos de Melo Franco. Com a autoridade de udenista histórico e ex-ministro das Relações Exteriores do governo Jânio Quadros, Melo Franco critica o irrealismo de “nossa atual concepção de política exterior” que não deve submeter-se “a um sistema abstrato de pressões ideológicas desligadas da realidade... que servem, muitas vezes, para dar vantagens a interesses antinacionais” (Melo Franco, 1967: XIII). E, na página seguinte, faz uma crítica irônica e sutil à concepção de Ocidente exposta no livro que apresenta.

Embora Castelo Branco fosse o principal expoente militar da ESG, seu governo teve de aceitar a incômoda presença de Costa e Silva como ministro da Guerra e, logo em seguida sofreu derrotas políticas, inclusive eleitorais, que levaram o processo de montagem da ditadura militar para longe dos rumos alardeados pelos sorbonistas, os quais terminaram defenestrados dos principais centros do aparelho estatal. Ironicamente, a forte intervenção do Estado durante o governo Castelo Branco se fez em moldes mais próximos do que pregavam os antigos liberais, agora implementando políticas contracionistas a serviço do grande capital (Souza, 2004:109-119); e o forte ciclo de desenvolvimento capitalista acelerado (o “milagre brasileiro”) transcorreu com intensa intervenção estatal em meio a uma diáspora do grupo “sorbonista”.

A superestimação da importância e continuidade da ideologia sorbonista contribuiu para uma tremenda confusão não somente no que se refere ao Estado burguês, mesmo sob a forma democrática. Também oculta as inclinações antidemocráticas das classes dominantes brasileiras e de amplos setores da alta classe média no golpe de 1964. Agentes diretos do imperialismo, como Lincoln Gordon ou Vernon Walters, militares como Costa e Silva ou Emílio Médici, ou mesmo os membros ativos do grande capital que se aglutinaram em torno do IPES, onde o papel desempenhado por Golbery Couto e Silva foi de primeira ordem, não estavam muito impressionadas com especulações acerca do “Ocidente como ideal”. Até porque a conheciam em sua versão de vanguarda.

Tal superestimação, ao também contribuir para o mito de que os ocupantes de um ramo do aparelho de Estado (os militares) tomaram o poder, reforça uma das maiores sequelas que o golpe e o regime deixaram para os que querem transformar o mundo: certa leitura liberal de Gramsci segundo a qual se inaugurou, em 1964, um período marcado pela opressão do Estado sobre a sociedade civil.

Bibliografia

- ALMEIDA, Lúcio Flávio de. (2006). *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- _____ (2014). *Ideologia nacional e nacionalismo*. 2 ed. São Paulo: Editora da PUC-SP.
- BARROS, Alexandre e BACELAR, Luís G. (s/d). Escola Superior de Guerra (ESG). In: VVAA. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC. <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Consulta em 20 de março de 2014.
- CODATO, Adriano. (2004). O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. *Questões & Debates*, n. 40.
- COUTO E SILVA, Golbery (1967) *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio
- CUNHA, Paulo R. (2007). *Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964)*. São Paulo: Editora da UNESP.
- DELGADO, Lucília N. (1986). *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil, 1961-1964*. Petrópolis: Vozes.
- DREIFUSS, René A. (1987). *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. 2 ed. Petrópolis: Vozes.
- FARIAS, Osvaldo Cordeiro de (1981). *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Aspásia Camargo, Walder de Góes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- _____ (2003). *Palestra sobre a organização da Escola Superior de Guerra*. EMFA, 1949. Revista da ESG, Rio de Janeiro, v. 20, n. 42, p. 149-161, jan/dez. 2003.
- LOVATTO, Angélica (2010a). *A utopia nacionalista de Hélio Jaguaribe: os tempos do ISEB*. São Paulo: Xamã/Arte Escrita.
- _____ (2010b). *Os Cadernos do Povo Brasileiro e o debate nacionalista nos anos 60: um projeto de revolução brasileira*. Tese de doutorado. PEPGCS da PUC-SP.
- MIGUEL, Luiz F. (2002). Segurança e desenvolvimento: peculiaridades da ideologia da segurança nacional no Brasil. *Diálogos Latinoamericanos*, n. 5.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz E. (1977). *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1984)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MOREIRA, Vânia M. (2002). *Brasília: a construção da nacionalidade*. Vitória: Editora da UFES.

- MOURA, Gerson (1991). *Avanços e recuos: a política exterior de JK*. In: GOMES, Ângela C. (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC.
- MUNDIM, Luiz F. (2007). *Juarez Távora e Golbery do Couto e Silva: Escola Superior de Guerra e a organização do Estado brasileiro (1930-1960)*. Dissert. de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás.
- POULANTZAS, Nicos. (1986). *Poder político e classes sociais*. 2 ed. Rio de Janeiro: Martins Fontes.
- RAMPINELLI, Waldir J. (2004). *As duas faces da moeda: as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- SODRÉ, Nelson W. (1979). *História militar do Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SOUZA, Nilson A. (2004). *A longa agonia da dependência: economia brasileira contemporânea (JK – FH)*. São Paulo: Alfa-Omega.
- STEPAN, Alfred. (1975). *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova.
- TOLEDO, Caio N. (1984). *O governo João Goulart e o golpe de 1964*. São Paulo: Brasiliense.